



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

SENTENÇA

Processo nº: **1018783-52.2015.8.26.0566/01 - Controle nº 2016/000223**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença Contra A Fazenda Pública - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Otávio dos Reis Domingues e outro**
 Executado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de pedido de liquidação de sentença proferida em ação de obrigação de fazer promovida por **O.R.D.**, representado neste ato por seu genitor, em face do **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento de sentença proferida que determinou o fornecimento de insumos e alimento especial.

O requerido foi intimado para o cumprimento da obrigação no prazo de 72 horas, quedando-se inerte. Apresentou impugnação ao cumprimento provisório de sentença.

Por r. sentença foi rejeitada a impugnação ofertada pelo Município de São Carlos, sendo determinado ao exequente a apresentação do valor para fins de sequestro das verbas públicas.

É o relatório.

Decido.

Por ocasião da sentença que rejeitou a impugnação, foi determinado ao exequente que apresentasse o valor para seis meses de tratamento. Devidamente intimado, não o fez.

De outro lado, o executado apresentou comprovante de entrega apenas do alimento especial sendo uma retirada efetivamente assinada pelo genitor do requerente, conforme se verifica pelo recibo de fls. 275. Sobre tal informação, o requerente também foi intimado para manifestar-se, tendo silenciado.

Considerando a informação dada pelo executado Município de São Carlos, quanto ao fornecimento do alimento especial e considerando o silêncio do exequente apesar de devidamente intimado, tenho como cumprida a obrigação, pelo que, declaro-a satisfeita, julgando extinto o presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

inciso II do Código de Processo Civil.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante da regularização do fornecimento dos medicamentos antes da presente decisão, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 14 de julho de 2017.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**